

DIÁRIO DE CLASSE



Informativo do Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba

212 | dezembro 2014 | Gestão "Novos Rumos" | CUB

União e mobilização são a resposta aos ataques da Prefeitura



Campanha de Lutas 2015 centrará forças na melhoria das condições de trabalho das professoras e professores da rede

Em 2014 lutamos intensamente por um Plano de Carreira que valorizasse o tempo de serviço dos profissionais do magistério e que também não retirasse direitos já conquistados pelas professoras e professores da rede. Nossa categoria mostrou para a Prefeitura que não está disposta a perder nessa disputa por melhores condições de trabalho, nossa grande

batalha para o próximo período.

O cenário que se desenha para o início de 2015 não é dos melhores. Os projetos de lei sobre os crescimentos e sobre o banco de horas que tramitam na Câmara Municipal por iniciativa do prefeito Gustavo Fruet já anunciam o que está por vir.

Por isso, precisamos recarregar nossas energias durante o recesso

escolar e as férias para que possamos voltar com força total no início do próximo ano letivo. Vamos construir a Campanha de Lutas 2015 com foco na melhoria das condições de trabalho, avançando rumo a novas conquistas, sem nenhum direito a menos!

Boas festas e muita força na luta!

PLANO DE CARREIRA

PLANO DE CARREIRA: confira todas as etapas da IMPLANTAÇÃO e conheça a NOVA TABELA

O Plano de Carreira do magistério está perto de virar realidade para as professoras e professores da rede. Em 2015 começaremos a transitar para o novo Plano. A lei foi aprovada pela Câmara Municipal e sancionada pelo prefeito Gustavo Fruet, agora é preciso que a administração municipal publique o decreto que irá regulamentá-la. De acordo com informações da Secretaria Municipal de Recursos Humanos (SMRH), o decreto deverá ser publicado em janeiro de 2015.

A previsão da SMRH é que todos os professores sejam chamados para análise da trajetória de carreira e do tempo de serviço a partir de fevereiro de 2015. E é nesse momento que deverão optar pela adesão ou não ao novo Plano.

A partir de então começam a vigorar os prazos de implantação do Plano de Carreira conforme as datas estipuladas em lei para o enquadramento: o primeiro momento corresponde a fevereiro de 2015; o segundo momento até outubro de 2015; o terceiro momento até ju-

nho de 2016; e o enquadramento final até dezembro de 2016.

Nestes dois anos de transição, acontecerão os crescimentos da tabela anterior. Agora em 2014 temos previsto crescimento vertical e horizontal e no final de 2015 somente o crescimento vertical. Não devemos esquecer que existe um projeto de lei na Câmara de Vereadores que muda a data dos efeitos financeiros dos crescimentos de 2014 para fevereiro de 2015 e que a publicação do edital que regula esses crescimentos, prometido pela Prefeitura para sair ainda este ano, não aconteceu até o fechamento dessa matéria.

É importante reforçar essas datas, porque o cenário que se desenha para o próximo ano é de ataques ao magistério e ao serviço público em geral, com corte de gastos e economia por parte da Prefeitura em áreas fundamentais para os trabalhadores: saúde e educação. Precisamos ficar atentos para que a administração não retire os direitos duramente conquistados pelas professoras e professores da rede.



“A luta para que o Plano de Carreira do magistério saia do papel continua em 2015”

Veja o que diz a lei aprovada sobre o enquadramento:

Ele acontecerá em dois momentos:

O **PRIMEIRO MOMENTO** é quando será feita a análise do tempo de serviço e da trajetória de carreira de cada professor e a identificação da posição adequada na nova tabela de vencimentos. Depois disso será feita uma apuração do valor correspondente ao ganho financeiro decorrente desse enquadramento e a conversão do valor apurado no quantitativo de referências dentro da tabela antiga.

Por exemplo: uma professora com oito anos de rede, que atualmente está na referência 104F e na sua trajetória de carreira participou de todos os crescimentos será enquadrada na referência VIII da nova tabela. A diferença financeira será de R\$ 208,70, que equivale a 11,58%, ou três referências da tabela antiga.

O pagamento dessas referências se dará em três etapas:

1ª ETAPA ▶ Até fevereiro de 2015, todos receberão uma referência e aqueles que tiveram distorções de enquadramentos anteriores avançarão as referências necessárias para a correção destas distorções também nesse período.

2ª ETAPA ▶ Até outubro de 2015, o professor receberá 50% do total de referências a que tem direito, descontando a referência que já recebeu em fevereiro.

3ª ETAPA ▶ E até julho de 2016, receberá o restante das referências.

O **SEGUNDO MOMENTO** é quando acontece a transição para a nova tabela. O enquadramento final acontecerá até dezembro de 2016, no nível de educação formal em que se encontre e na referência correspondente ao tempo de serviço e trajetória na carreira identificados na data da transição.

Isso significa que nesse momento deverá ser feita nova análise de tempo de serviço e trajetória de carreira para que os dois anos de enquadramento sejam considerados e não venham a gerar novas distorções.

Como fica para os aposentados e pré aposentados?

▶ As professoras e professores aposentados deverão entrar em contato com o IPMC após a publicação do decreto. Para quem se aposentou com paridade e isonomia valerão as mesmas datas e regras de enquadramento no novo Plano.

Para os profissionais do magistério que estão para se aposentar, é só aguardar a primeira etapa de análise de tempo de serviço e trajetória na carreira. Quando assinarem a opção (ou não) pelo novo Plano poderão dar entrada na aposentadoria e o calendário de enquadramento se dará em conformidade com os demais professores da ativa.

Tabela atual

		A	B	C	D	E	F	G	H	I
Parte Especial	100	1.064,90	1.094,72	1.125,37	1.156,88	1.189,27	1.222,57	1.256,81	1.292,00	1.328,17
	101	1.365,36	1.403,59	1.442,89	1.483,29	1.524,83	1.567,52	1.611,41	1.656,53	1.702,91
	102	1.750,60	1.799,61	1.850,00	1.901,80	1.955,05	2.009,79	2.066,07	2.123,92	2.183,39
Parte Permanente - Graduação	103	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	104	0,00	1.614,12	1.659,31	1.705,77	1.753,54	1.802,63	1.853,11	1.905,00	1.958,34
	105	2.013,17	2.069,54	2.127,48	2.187,05	2.248,29	2.311,24	2.375,96	2.442,49	2.510,87
	106	2.581,18	2.653,45	2.727,75	2.804,13	2.882,64	2.963,36	3.046,33	3.131,63	3.219,31
	107-PI	3.309,45	3.402,12	3.497,38	3.595,30	3.695,97	3.799,46	3.905,84	4.015,21	4.127,63
	108-PI	4.243,21	4.362,02	4.484,15	4.609,71	4.738,78	4.871,47	5.007,87	5.148,09	5.292,24
Parte Permanente - Especialização	107	1.408,32	1.447,75	1.488,29	1.529,96	1.572,80	1.616,84	1.662,11	1.708,65	1.756,49
	108	1.805,67	1.856,23	1.908,20	1.961,63	2.016,56	2.073,02	2.131,07	2.190,74	2.252,08
	109	2.315,14	2.379,96	2.446,60	2.515,11	2.585,53	2.657,92	2.732,34	2.808,85	2.887,50
	110	2.968,35	3.051,46	3.136,90	3.224,74	3.315,03	3.407,85	3.503,27	3.601,36	3.702,20
	111-PII	3.805,86	3.912,42	4.021,97	4.134,59	4.250,36	4.369,37	4.491,71	4.617,48	4.746,77
	112-PII	4.879,68	5.016,31	5.156,76	5.301,15	5.449,58	5.602,17	5.759,03	5.920,29	6.086,05
Parte Permanente - Mestrado	111	1.619,56	1.664,91	1.711,53	1.759,45	1.808,72	1.859,36	1.911,42	1.964,94	2.019,96
	112	2.076,52	2.134,66	2.194,43	2.255,88	2.319,04	2.383,97	2.450,73	2.519,35	2.589,89
	113	2.662,40	2.736,95	2.813,59	2.892,37	2.973,35	3.056,61	3.142,19	3.230,17	3.320,62
	114	3.413,60	3.509,18	3.607,43	3.708,44	3.812,28	3.919,02	4.028,75	4.141,56	4.257,52
	115-PIII	4.376,73	4.499,28	4.625,26	4.754,77	4.887,90	5.024,76	5.165,46	5.310,09	5.458,77
116-PIII	5.611,62	5.768,74	5.930,27	6.096,32	6.267,01	6.442,49	6.622,88	6.808,32	6.998,95	
Parte Permanente - Doutorado	500	1.862,49	1.914,64	1.968,25	2.023,36	2.080,02	2.138,26	2.198,13	2.259,68	2.322,95
	501	2.387,99	2.454,85	2.523,59	2.594,25	2.666,89	2.741,56	2.818,33	2.897,24	2.978,36
	502	3.061,76	3.147,49	3.235,62	3.326,21	3.419,35	3.515,09	3.613,51	3.714,69	3.818,70
	503	3.925,62	4.035,54	4.148,54	4.264,70	4.384,11	4.506,86	4.633,05	4.762,78	4.896,14
	504	5.033,23	5.174,16	5.319,04	5.467,97	5.621,07	5.778,46	5.940,26	6.106,59	6.277,57
	505	6.453,34	6.634,04	6.819,79	7.010,74	7.207,05	7.408,84	7.616,29	7.829,55	8.048,77

Nova tabela

PARTE PERMANENTE						PARTE ESPECIAL	
Classe	Ref	Nível Superior	Especialização	Stricto Sensu (mestrado)	Stricto Sensu (doutorado)	Ref	Nível médio
Assistente	I	R\$ 1.614,12	R\$ 1.856,24	R\$ 2.227,49	R\$ 2.784,36	I	R\$ 1.604,90
	II	R\$ 1.614,12	R\$ 1.856,24	R\$ 2.227,49	R\$ 2.784,36	II	R\$ 1.604,90
	III	R\$ 1.614,12	R\$ 1.856,24	R\$ 2.227,49	R\$ 2.784,36	III	R\$ 1.604,90
	IV	R\$ 1.850,89	R\$ 2.128,52	R\$ 2.554,22	R\$ 3.192,78	IV	R\$ 1.221,10
	V	R\$ 1.889,76	R\$ 2.173,22	R\$ 2.607,86	R\$ 3.259,83	V	R\$ 1.246,75
Adjunto	VI	R\$ 1.929,44	R\$ 2.218,86	R\$ 2.662,63	R\$ 3.328,29	VI	R\$ 1.272,93
	VII	R\$ 1.969,96	R\$ 2.265,45	R\$ 2.718,54	R\$ 3.398,18	VII	R\$ 1.299,66
	VIII	R\$ 2.011,33	R\$ 2.313,03	R\$ 2.775,63	R\$ 3.469,54	VIII	R\$ 1.326,95
	IX	R\$ 2.053,57	R\$ 2.361,60	R\$ 2.833,92	R\$ 3.542,40	IX	R\$ 1.354,82
	X	R\$ 2.096,69	R\$ 2.411,19	R\$ 2.893,43	R\$ 3.616,79	X	R\$ 1.383,27
	XI	R\$ 2.140,72	R\$ 2.461,83	R\$ 2.954,20	R\$ 3.692,74	XI	R\$ 1.412,32
	XII	R\$ 2.185,68	R\$ 2.513,53	R\$ 3.016,23	R\$ 3.770,29	XII	R\$ 1.441,98
	XIII	R\$ 2.231,58	R\$ 2.566,31	R\$ 3.079,57	R\$ 3.849,47	XIII	R\$ 1.472,26
	XIV	R\$ 2.677,89	R\$ 3.079,57	R\$ 3.695,49	R\$ 4.619,36	XIV	R\$ 1.766,71
	XV	R\$ 2.734,13	R\$ 3.144,25	R\$ 3.773,10	R\$ 4.716,37	XV	R\$ 1.803,81
Associado	XVI	R\$ 2.791,54	R\$ 3.210,28	R\$ 3.852,33	R\$ 4.815,41	XVI	R\$ 1.841,69
	XVII	R\$ 2.850,17	R\$ 3.277,69	R\$ 3.933,23	R\$ 4.916,54	XVII	R\$ 1.880,37
	XVIII	R\$ 2.910,02	R\$ 3.346,52	R\$ 4.015,83	R\$ 5.019,78	XVIII	R\$ 1.919,86
	XIX	R\$ 2.971,13	R\$ 3.416,80	R\$ 4.100,16	R\$ 5.125,20	XIX	R\$ 1.960,17
	XX	R\$ 3.033,52	R\$ 3.488,55	R\$ 4.186,26	R\$ 5.232,83	XX	R\$ 2.001,34
	XXI	R\$ 3.097,23	R\$ 3.561,81	R\$ 4.274,17	R\$ 5.342,72	XXI	R\$ 2.043,37
	XXII	R\$ 3.162,27	R\$ 3.636,61	R\$ 4.363,93	R\$ 5.454,91	XXII	R\$ 2.086,28
	XXIII	R\$ 3.228,68	R\$ 3.712,98	R\$ 4.455,57	R\$ 5.569,47	XXIII	R\$ 2.130,09
	XXIV	R\$ 3.296,48	R\$ 3.790,95	R\$ 4.549,14	R\$ 5.686,43	XXIV	R\$ 2.174,82
	XXV	R\$ 3.365,71	R\$ 3.870,56	R\$ 4.644,67	R\$ 5.805,84	XXV	R\$ 2.220,49



CAMPANHA DE LUTAS 2015

Avançar em nossas condições de trabalho é prioridade para 2015

Depois de dois anos de pressão junto à Prefeitura e de muita persistência e luta, conquistamos um Plano de Carreira que acelera os crescimentos, valoriza nosso tempo de serviço e corrige distorções históricas. **Agora, junto com a luta para garantir que os benefícios do novo Plano saiam do papel, é preciso centrar a luta na mobilização por melhores condições de trabalho.**

A melhoria da qualidade da educação

pública e a redução do número de adoecimentos de professoras e professores dependem da estrutura das escolas, do número de alunos em sala de aula e do fim da sobrecarga imposta diariamente aos trabalhadores da educação. É por isso que, se queremos ver a qualidade da educação avançar, não basta apenas lutar pela valorização da nossa profissão, é preciso exigir também melhores condições para o exercício da prática docente.

Condições de Trabalho no centro da Pauta de Reivindicações 2015

1. CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES

As últimas professoras e professores da lista de espera do concurso de docência I serão nomeados no final de dezembro. Agora, a administração deve abrir um novo concurso o mais rápido possível. Em negociação com o magistério, a Prefeitura prometeu que realizaria esse novo processo seletivo ainda em 2014, mas não cumpriu sua palavra!

Não vamos permitir que a Prefeitura repita a enrolação do concurso de docência II deste ano e obrigue as escolas a funcionarem quase um semestre inteiro sem profissionais. **Concurso público já!**

3. REVISÃO DO DIMENSIONAMENTO DE PESSOAL

Na educação infantil e nas demais modalidades de ensino é preciso lutar por mudanças na portaria de dimensionamento para garantir ampliação do quadro e mais professores de apoio!

4. 33,33% DE HORA-ATIVIDADE PARA TODOS

Mesmo com a falta de apoio da Prefeitura, muitas escolas se organizaram para garantir a ampliação do tempo dedicado à hora-atividade. Entretanto, esse direito – previsto em lei desde 2008 – ainda não chegou na maioria dos CMEIs, educação especial e nem para as pedagogas e pedagogos da rede. **Chega de enrolação! 1/3 de hora-atividade é lei e é para TODOS os profissionais do magistério!**

2. REDUÇÃO DOS ALUNOS POR TURMA

O excesso de alunos em sala de aula impede que a professora ou professor acompanhe o desenvolvimento individual das crianças, além de impor uma sobrecarga constante que causa muitos adoecimentos. Vamos lutar para que a Prefeitura reduza o número de alunos em sala, conforme resolução aprovada na Conferência Municipal de Educação de 2011.

5. ESCOLAS DE 6° A 9° ANO

A pauta das escolas que atendem as séries finais está sendo negligenciada pela Prefeitura desde o início da gestão. Apesar de a Secretaria de Recursos Humanos já ter deixado claro que a mudança da hora-relógio para hora-aula é de fácil resolução, continuam rejeitando todas as alternativas propostas pelo magistério.

Frear ataques e avançar rumo a novas conquistas!

O magistério se organiza para enfrentar dois ataques impostos pela Prefeitura nesse final de ano. Junto com outros três sindicatos que representam os servidores municipais, o SISMMAC cobrou respostas do prefeito Gustavo Fruet em reunião no dia 19 de novembro sobre o atraso nos crescimentos e sobre a proposta de criação do banco de horas!

▶ ATRASO NOS CRESCIMENTOS

O projeto de lei que já está em fase final de tramitação na Câmara atrasa em um mês os efeitos financeiros dos crescimentos vertical e horizontal de 2014. A Prefeitura afirmou em mesa de negociação com os sindicatos que o processo ocorrerá ainda esse ano, mas a diferença salarial só será incorporada no contracheque em fevereiro de 2015!

▶ CRIAÇÃO DO BANCO DE HORAS

A proposta protocolada na Câmara Municipal abre margem para que a Prefeitura substitua o pagamento em dinheiro das horas-extras pela concessão de folgas (compensação). Em reunião com os sindicatos, o prefeito Gustavo Fruet afirmou que não tinha a intenção de reduzir direitos e prometeu suspender a tramitação do projeto até fevereiro para debater o artigo que trata da compensação. **Entretanto, a nova redação enviada aos sindicatos depois da reunião mantém a armadilha da compensação.** O texto deixa essa possibilidade a critério do servidor, o que já sabemos que pode ser uma manobra para impor o banco de horas através do assédio e perseguição das chefias!

Vamos lutar para que esse projeto seja retirado da Câmara Municipal!



Se a Prefeitura não recuar nos ataques, teremos que ir às ruas para impedir a retirada de direitos dos trabalhadores!

Para que possamos avançar na melhoria das nossas condições de trabalho, é necessário que a luta por mais investimento em educação continue como uma de nossas pautas prioritárias. **Exigimos 30% do orçamento para a educação pública já!**

Com relação ao reajuste salarial, zerramos as perdas históricas com a greve de 2012, mas estamos há dois anos sem aumento real. **Teremos que ir à luta em 2015 para fazer com que a promessa**

de aumento real se torne realidade!

A luta pela melhoria e por mais investimentos para o Instituto Curitiba de Saúde também continua no centro da nossa Pauta de Reivindicações. Não aceitaremos que a administração imponha qualquer aumento na alíquota paga pelos servidores. **É a Prefeitura quem deve aumentar o investimento e resolver os erros causados pela administração do Instituto!**